

Formulário de Resposta aos recursos - CES S06 AUDITOR PÚBLICO INTERNO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 44 TIPO 2: 42 TIPO 3: 40	<p>Mantém-se o gabarito na alternativa E. O CTN dispõe que: obrigação principal surge com o fato gerador e tem por objeto tributo ou penalidade pecuniária (art. 113, §1º); obrigação acessória decorre da legislação tributária e consiste em prestações positivas ou negativas no interesse da arrecadação ou fiscalização (art. 113, §2º); o descumprimento da obrigação acessória converte-se em principal relativamente à penalidade pecuniária (art. 113, §3º). O CTN também diferencia obrigação de crédito: o crédito decorre da obrigação (art. 139) e é constituído pelo lançamento (art. 142). A alternativa B é incorreta porque atribui o surgimento da obrigação principal ao lançamento notificado, confundindo obrigação tributária (que nasce com o fato gerador) com crédito tributário (constituído pelo lançamento). Além disso, ela erra ao afirmar que a obrigação acessória surge com a inscrição em dívida ativa e que a conversão em principal dependeria de execução fiscal e trânsito em julgado, o que contraria o art. 113, §§2º e 3º do CTN. Quanto ao argumento de “parcela de veracidade doutrinária” sobre o lançamento, ele não se aplica ao objeto do item: ainda que haja debate sobre o lançamento na constituição do crédito, isso não altera a definição legal do CTN sobre o momento de surgimento da obrigação principal (art. 113, §1º). Síntese das demais alternativas: A: inverte os conceitos de principal e acessória e vincula o surgimento ao lançamento, contrariando o art. 113. C: relaciona o nascimento à publicação da lei, em desacordo com o art. 113, §1º. D: condiciona a obrigação principal à homologação, restringe a acessória e nega a conversão em principal, contrariando o art. 113, §§1º a 3º. Conclusão: A alternativa E é a única plenamente compatível com as definições do CTN, sem confusão entre obrigação e crédito e com a correta previsão de conversão da acessória em principal quanto à penalidade.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

TIPO 1: 45 TIPO 2: 43 TIPO 3: 41	<p>Mantém-se o gabarito na alternativa A. A Lei Complementar nº 116/2003, no art. 1º, define o campo de incidência do ISS como a prestação de serviços constantes da lista anexa. Em prova objetiva, a expressão “serviços definidos em lei complementar” funciona como síntese fiel desse recorte normativo, que delimita o critério material do tributo. Não há confusão relevante para o comando da questão, que pediu a combinação correta segundo a LC 116/2003.</p> <p>“Competência” e alegada ambiguidade (legislativa x ativa) Para fins tributários, a competência do ISS é municipal, nos termos do art. 156, III, da Constituição Federal. A LC 116/2003 é norma geral, editada sob a competência da União para veicular normas gerais em matéria tributária (art. 146, III, da CF), sem deslocar a competência municipal para instituir e exigir o imposto. No contexto do item, “competência” refere-se à competência tributária do ente para o ISS, não havendo dupla interpretação capaz de tornar correta alternativa diversa.</p> <p>A base de cálculo do ISS, pela regra geral da LC 116/2003, é o preço do serviço (art. 7º, caput). As hipóteses específicas tratadas na própria lei não eliminam essa definição geral nem justificam afirmar que a base seria “receita bruta” com abatimentos obrigatórios, “valor agregado”, “pauta oficial” ou “dedução automática de insumos”, como fazem as alternativas incorretas. A alternativa A é a única que combina, corretamente, incidência, competência e base de cálculo segundo a LC 116/2003.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO